

## **PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

### **Alegações ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRHT)**

**2016 – 2021**

**apresentadas pelo proTEJO – Movimento Pelo Tejo**

## **INTRODUÇÃO**

As presentes alegações constituem a contribuição do proTEJO no processo de participação pública sobre o projeto de Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRHT) e consistem num conjunto de propostas estruturadas nos seguintes vetores de análise:

### **1. Princípio de Unidade de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo**

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) Um Plano único da bacia (internacional) do Tejo;
- b) Uma coordenação mais eficaz das administrações hidrográficas de Portugal e Espanha;
- c) Uma uniformização de abordagens, processos e metodologias, em particular nos seguintes aspetos:
  - Avaliação do Estado Ecológico (indicadores biológicos - diatomáceas / macroinvertebrados bentónicos / peixes – e indicadores geomorfológicos);
  - Determinação das condições de referência para avaliação do estado ecológico cada tipo de rio/ massa de água.
- d) Falta de integração dos impactos da gestão da Bacia do Tejo em Espanha no estado ecológico do Tejo em Portugal;
- e) A não simultaneidade dos processos de participação pública, demonstra quanta a nós uma dessincronização da gestão das administrações hidrográficas de Portugal e de Espanha

### **2. Avaliação do estado ecológico e propostas de medidas para alcançar o bom estado ecológico até 2015**

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) Uma apresentação simplificada dos troços de rio analisados integrando:
  - a indicação das massas de água correspondentes;
  - a avaliação do estado ecológico;
  - a listagem de indicadores físicos-químicos, biológicos e hidromorfológicos;
  - a informação sobre o impacto do indicador na avaliação do bom estado ecológico.
- e) Quanto ao regime de caudais ecológicos, deverão ser acionadas as seguintes medidas:
  - Definição dos parâmetros necessários à sua determinação;
  - Definição das medidas necessárias para a sua manutenção

### 3. Rede de monitorização da bacia hidrográfica do Tejo

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Que sejam disponíveis para utilização pública e em tempo real, os dados relativos aos seguintes indicadores:

- Caudal sólido;
- Quantidade (hm3 e m3/segundo) / Cumprimento Caudais Ambientais;
- Indicadores do Estado Ecológico;
- Radiológico;
- Massas de água transfronteiriças.

b) Integração das redes de monitorização de Portugal e Espanha (SNIRH e SAIH);

### 4. Pressões da poluição

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Que as águas residuais urbanas (ARU), sejam objeto de:

- Gestão integrada das ETAR's;
- Supervisão do funcionamento das ETAR;
- Adaptação dos modelos de ETAR à função e local (FitoETAR, etc..);
- Reformulação do PEASAAR;
- Alinhamento dos critérios de rejeição de efluentes e de eficiência de remoção definidos para cada ETAR com os objetivos estabelecidos para o estado ecológico das respetivas massas de água;

b) Reformulação dos Projetos dos Efluentes Agro – Industriais;

c) Reformulação do ENAPAI quanto aos Efluentes da Pecuária;

d) Aplicação do Protocolo de Quioto quanto à Produção de Energia Térmica;

e) Manutenção de um caudal mínimo ecológico, previamente definido, perante a imposição de um caudal energético necessário à produção de Energia Térmica e Nuclear.

### 5. Gestão das obras hidráulicas (barragens / açudes / transvases)

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Estabelecimento de medidas e regulamentação, para:

- Garantir a conectividade fluvial e caudais ambientais (objetivo – conservação dos ecossistemas aquáticos / reprodução e migração das espécies piscícolas / garantir os usos sociais e de lazer das populações ribeirinhas);
- Gerir o Regime de descargas de fundo com libertação de caudal sólido;
- Evitar os Impactos sobre a costa litoral (erosão) e o estuário do Tejo;

b) Incentivo à produção de energia em micro hídricas, preservando o património de açudes, azenhas desativados;

c) A audição dos cidadãos, associações e instituições afetadas pelos projetados Aproveitamento Hidroelétrico de Martinchel, a ser construído a dois quilómetros a montante da praia fluvial de Constância, entre esta vila e a barragem do Castelo de Bode com o limite da sua cota na estrada que rumo a Martichel, que terá graves impactos negativos como sejam:

- a inviabilização das descidas de canoa no rio Zêzere, a atividade turística com maior procura na nossa região de que dependem muitas empresas e postos de trabalho, associados à canoagem, ao lazer, à restauração e à hotelaria, entre outras;
- a perda de património cultural com a submersão de um valioso património do estaleiro naval dos templários, recentemente descoberto e ainda por estudar;
- os danos ambientais derivados da descontinuidade fluvial que interromperá as rotas migratórias das espécies piscícolas com destino aos rios Zêzere e Nabão; e
- o acentuar da falta de caudais no rio Tejo em consequência da redução do caudal de chegada à foz do rio Zêzere.

Nota: Registamos a incoerência do lançamento do concurso de mini hídricas antes da publicação do PGRHT.

### **6. Integração da conservação dos recursos hídricos nos instrumentos de gestão do território**

No âmbito deste vetor, propomos:

#### **a) Valorização dos Recursos Hídricos**

- Promovendo no PDM as medidas constantes no P.N.E.U.A. conforme determinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 5/2011;
- Salvaguarda de valores geomorfológicos;
- Salvaguarda do Domínio Público Hídrico;
- Apresentação de medidas de proteção e mitigação em áreas ameaçadas pelas cheias;
- Critérios de ocupação e edificabilidade nas margens dos rios;

#### **b) Drenagem (Linhas de água, afluentes)**

- Promover, no início de cada ano hidrológico, a limpeza e desobstrução das linhas de água de modo a promover o escoamento dos caudais de modo a impedir a acumulação.
- Renaturalização e valorização ambiental e paisagística das margens e áreas envolventes;
- Estabelecer que o sistema de drenagem pluvial e natural é canalizado para áreas de acumulação, onde poderá ser usado para rega, entre outros usos.
- Incluir na malha urbana, áreas não edificadas que sirvam como área de infiltração das águas pluviais, minimizando as inundações.

## c) Movimentos de vertente.

- Identificar as áreas susceptíveis de ocorrerem movimentos de massa;
- No sentido de minimizar este fenómeno dever-se-á promover as alterações do coberto vegetal que sustentam as vertentes, alteração da topografia, colocação de aterros, obras ou outras atividades que produzam risco de movimentos de massa.

## 7. Articulação do PGRHT com os Planos de Gestão e Ordenamento do Território (PDM, POT, PO Estuário do Tejo) e Planos Estratégicos Sectoriais (Agricultura, Pesca – ex: Enguia, Floresta, Uso Solo, Polis Tejo, etc.)

No âmbito deste vetor, propomos:

### a) Articulação do PGRHT com outros planos:

- Procurar cumprir os objetivos dos planos (PGRH Tejo; AAE);
- Inserir as ações nos diversos planos de ordenamento do território de modo a serem implementadas no terreno. Ou seja, procurar articular o PSECT que foi elaborado bem como o respectivo plano ambiental, na elaboração dos planos que, hierarquicamente, estão abaixo deste (ex.: PMOT), implementando as soluções apresentadas.
- Promover uma articulação e a elaboração de um Plano Transfronteiriço no sentido de promover um correto ordenamento do território e das águas que comprometa os dois países, tendo como pano de fundo a defesa do Rio Tejo e respetiva bacia hidrográfica.

### b) Atividades Agrícolas

- Estabelecer a delimitação de espaços agrícolas;
- Promover a arborização das vertentes e áreas contíguas ao leito do rio de modo a fixar as vertentes e promover a produção de biomassa. Procurar salvaguardar os valores e recursos naturais. As espécies autóctones deverão ser uma constante no processo de arborização;
- Escolha das espécies arbóreas nas vertentes dos rios;
- Monitorizar constantemente o risco de incêndio;
- Ativar boas práticas na prevenção da erosão do solo. Estabelecer medidas corretivas caso não seja possível evitar este fenómeno;
- Privilegiar boas práticas culturais e modelos de silvicultura;
- Fomentar uma agricultura ecológica, protegendo assim os recursos hídricos. A nova PAC protege esse tipo de agricultura;
- Identificar claramente as áreas de REN, RAN proibindo, de acordo com a legislação em vigor, práticas abusivas.

## **c) As Margens do Tejo**

- Fomentar as atividades económicas tradicionais, de modo a promover a manutenção da memória coletiva em relação ao rio;
- Incentivar as práticas desportivas junto ao rio equipando as áreas para o efeito com os respectivos equipamentos. Reequacionar a circulação pedonal nas margens do rio;
- Requalificar e utilizar os edifícios que poderão fazer parte da história do rio, apresentando valor patrimonial;
- Estabelecer regras de edificabilidade de modo a não lesar o interesse paisagístico

## **d) Áreas Ameaçadas por Cheias ou Inundações**

- Delimitação das áreas ameaçadas por cheias / inundações;
- Incluir estas áreas nos polígonos de servidões e restrições de utilidade pública proibindo a edificação.
- Estabelecer planos que minimizem os efeitos deste fenómeno;
- Utilização sustentável da água compatível com utilização e uso do solo.
- Corredores ecológicos.

## **8. Gestão da Extração de Inertes**

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Elaboração de um Plano de Gestão da Extração de Inertes, que evite:

- O assoreamento e garanta a navegabilidade;
- O Impacto sobre a costa litoral (erosão) e no estuário do Tejo;

b) Uma fiscalização mais eficaz sobre a exploração da extração de inertes.

## **9. Ação de Fiscalização da ARH Tejo (SEPNA / GNR)**

No âmbito deste vetor, propomos uma fiscalização com capacidade de reposta, eficaz e eficiente, sobre:

a) Respeito pelo domínio hídrico;

b) Pesca junto a açudes e barragens;

c) Controlo das atividades poluidoras através das seguintes medidas:

- 1) Aumento da fiscalização por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT);
- 2) Eficácia na aplicação de sanções e suspensão ou cancelamento de licenças de descarga, sempre que se verifiquem situações de incumprimento sistemático;

- 3) Obrigação de comunicação prévia das empresas sobre a realização do autocontrolo com um mínimo de 5 dias de antecedência para prevenir irregularidades no processo de amostragem;
- 4) Encontrar uma solução legislativa que possa conferir ao Serviço de Protecção da Natureza da GNR (SEPNA) a competência de fiscalização em matéria de qualidade da água, alteração que deve ser acompanhada por uma formação adequada dos seus operacionais por parte da APA.
- 5) Capacitar mais a própria APA em matéria de recursos humanos, nomeadamente através da certificação de mais técnicos para a recolha de amostras.

### **10. Património cultural das populações ribeirinhas**

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) Apoio e preservação da pesca tradicional na bacia do Tejo, nomeadamente, da Cultura Avieira e da pesca tradicional no rio Tejo na Ortiga;
- b) Incentivos à preservação das embarcações tradicionais (profissão calafate, código de conduta dos tripulantes do Estuário do Tejo, regulamento das Embarcações Típicas do Tejo).

### **11. Convenção de Albufeira (CA)**

No âmbito deste vetor, propomos:

A revisão da Convenção de Albufeira com a respetiva emenda aprovada na Conferência das Partes, de Madrid em 2008, visando essencialmente:

- a) A revisão dos caudais mínimos do rio Tejo previstos na Convenção de Albufeira assegurando:
  - i. O aumento do caudal anual para um caudal que preserve o bom estado ecológico das águas;
  - ii. A aproximação do caudal ambiental ao caudal instantâneo com a duplicação dos atuais caudais semanais e trimestrais para alcançar 80% do caudal anual;
- b) O estabelecimento de indicadores do estado ecológico das massas de água transfronteiriças;
- c) A avaliação do estado ecológico no relatório sobre o cumprimento da CA;
- d) A determinação de caudais ambientais nos vários troços de rio e na chegada à foz em função do objetivo de estado ecológico;
- e) A quantificação dos caudais ambientais em hm<sup>3</sup> e m<sup>3</sup>/segundo;
- f) Instaurar sanções por incumprimento da Convenção de Albufeira de carácter financeiro e ambiental, em termos de restauração fluvial.

### **12. Avaliação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo**

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) A avaliação periódica dos resultados das medidas aplicadas no âmbito do PGRH do Tejo;
- b) A publicitação da avaliação periódica para consulta dos cidadãos da bacia do Tejo e das Organizações Não Governamentais.

Bacia do Tejo, Dezembro de 2015